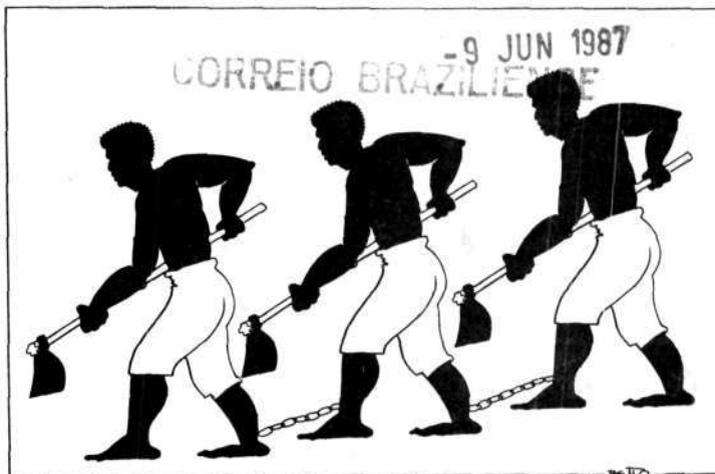


A reforma e a terra

ANC p4

PEDRO DO COUTTO



O debate que se desenrola na Constituinte em torno da Reforma Agrária está partindo de equívocos de colocação que, mais uma vez, parecem destinados a obstruir sua concretização — o que parece incrível — mais de 22 anos depois da Lei do Estatuto da Terra, de autoria do hoje senador Roberto Campos quando ocupou o Ministério do Planejamento no governo Castello Branco. O Estatuto da Terra é, assim, um projeto insuspeito em matéria de solução capitalista para um problema de efetiva socialização que se arrasta, para dizer a verdade, há quase cem anos no Brasil, pois a exploração do homem do campo assemelha-se àquela que os escravos sofreram até a Lei Áurea, que, por coincidência, completa seu primeiro centenário no ano que vem.

O debate está mal colocado porque, no fundo, não se trata de uma corrente impor seu ponto de vista às demais. Trata-se de fazer, finalmente, algo com que todos concordam. Sim, porque não existe ninguém capaz de vir a público dizer que discorda da necessidade de se reformar a estrutura fundiária do País e, muito menos, as relações entre capital e trabalho que a envolvem. Sob esse aspecto, vale lembrar a posição sustentada pelo deputado Guerreiro Ramos, em 1963, quando o debate em torno da Reforma Agrária se colocou de forma intensa e apaixonada. Guerreiro, grande sociólogo brasileiro, já falecido, disse na ocasião que era importante que todos os parlamentares opinassem, apresentassem suas sugestões, destacassem suas tendências, para, no final, chegar-se a um denominador comum possível abrangendo reacionários, conservado-

res, reformistas e revolucionários. Mas era importante que se votasse uma lei capaz de torná-la possível.

Parece incrível mas agora, 24 anos depois, o conflito permanece, e os argumentos de hoje são idênticos aos de ontem. O Brasil, com isso, perdeu igual tempo de modernização e de uma produção de alimentos que influísse nos índices do custo de vida. O próprio Estatuto da Terra prevê o seu uso social e também que os orçamentos da União consignassem três por cento de seus montantes para execução da reforma. Como o orçamento deste ano deve situar-se em torno de 550 bilhões de cruzados, vemos por aí o que deixou de ser investido através do tempo no País da correção monetária e da indexação da economia. Indexação que no período do Movimento de 64 generalizou-se, não atingindo apenas os salários. Que, diga-se de passagem, foram diminuídos, recalçando a própria sociedade, de modo geral, em benefício de poucos. Mas esta é outra questão.

O fato é que a Reforma Agrária virou um tabu. Todos são a favor, ninguém nega sua necessidade, mas ela não se realiza. Em caso oposto, curioso, por sinal, algo semelhante ocorre quanto ao uso da gravata: todos acham que deve ser abolida em noventa por cento das ocasiões, mas ela permanece intocável, sufocando e estrangulando as pessoas num clima como o brasileiro. Quando o PMDB conseguiu arrebatado o Governo e eleger a chapa Tancredo-Sarney, colocando fim ao período autoritário, pensou-se que o partido, cuja composição é essencialmente urbana, avançasse no sentido da Reforma Agrária, já que, sendo urbano, poucos compromissos possui com o latifúndio. Ai o engano. As principais lideranças partidárias, exercidas pelo deputado Ulysses Guimarães e outros experientes parlamentares, são conservadoras. E, por isso, detestam qualquer ruptura do status quo. Isso é terrível para o Brasil, sobretudo num momento em que a população rural representa apenas um

terço do total de habitantes do País. Em consequência, o eleitorado do setor agrário pesa pouco na composição do Congresso. Mas os conservadores temem tudo, até a própria sombra e, assim, a solução do problema continua por vir. Lembro-me de que na convenção de 1963 do antigo PSD, que homologou a segunda candidatura presidencial do grande Juscelino Kubitschek, o tema arrebatou e JK teve que conciliar as correntes opostas que se defrontavam no Palácio Tiradentes, no Rio, saindo bem, é claro, como sempre, e conseguindo unir todos a seu lado.

A crise de 64 impediu seu retorno triunfal e consagrador ao Governo e, hoje, vemos, impediu também a execução da própria reforma. Foi um desastre para o País e para a população brasileira. Vencido o ciclo de 64, que possuía compromissos sólidos com as áreas rurais, esperava-se que a solução do problema avançasse e ingressássemos em fase concreta para solucioná-lo. Mas, não. Os entraves parecem ser os mesmos, embora, por justiça, não se possa negar o empenho do presidente José Sarney em realizar a tarefa. Não sei por que não se adotam as soluções previstas no Estatuto da Terra, que estabelece o início da Reforma Agrária pelos latifúndios públicos e pelas grandes extensões improdutivas de terra. E simples. Mas, no Brasil, infelizmente, as coisas simples são as mais difíceis, e por falta de modernização no campo a produção continua crescendo de forma insuficiente para atender ao enorme aumento populacional. Só o confronto entre esses dois pontos justificaria, de sobra, a execução definitiva da reforma agrária no País.